



Standard Bank

Banco Standard de Investimentos S.A.
A Member of The Standard Bank Group of South Africa
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Standard de Investimentos S.A. (BSI) relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2014, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de auditoria elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.

O Banco Standard de Investimentos S.A. é parte integrante do Grupo Standard Bank. O Standard Bank Group (SBG) é um dos principais grupos líderes em serviços bancários e financeiros da África e desde Novembro de 2007, iniciou importante parceria estratégica com o Industrial and Commercial Bank of China Limited (ICBC), o maior banco do mundo por capitalização de mercado, que se tornou acionista do SBG com participação de 20%. Desde Janeiro de 2011, o SBG executa uma nova estratégia do Grupo, que redireciona seus esforços em negócios no continente africano focando empresas com laços econômicos entre Brasil, África e China, mantendo o foco nos setores onde o Banco tem histórico de especialização e liderança, com o objetivo de aperfeiçoar o retorno para os investidores e a melhor alocação de capital. Para o desenvolvimento de tal estratégia, o Banco está atuando fortemente nas áreas de Recursos Naturais, Petróleo e Gás, Energia, Infraestrutura e Metais e Mineração, através de suas áreas de negócios, com ênfase na utilização dos balanços disponíveis do Grupo na África, buscando soluções para clientes com relacionamento ou presença na África. A presença do SBG no Brasil tem muito a contribuir no desenvolvimento desta estratégia. As atividades do SBG no Brasil iniciaram em 1998 como escritório de representação do Standard Bank Plc, alterando sua participação no mercado financeiro como DTVM em 2001 por meio da Standard Distribuidora de Títulos e Valores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2014	2013
Circulante			
Disponibilidades			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	221.066	413.095
Aplicações no mercado aberto		1.061	993
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	208.654	368.033
Carteira própria		208.654	313.155
Vinculados a prestação de garantias		54.878	430
Operações de crédito	7	—	432
Servidor privado		—	(2)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		11.268	24.976
Outros créditos	6	2.175	—
Negociação e intermediação de valores		83	159
Diversos		83	159
(-) Provisão para outros créditos	9	—	(2.541)
Outros valores e bens	9	11.268	25.342
Despesas antecipadas		—	7.590
Realizável a longo prazo	9	7.303	69.596
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	—	62.344
Carteira própria		—	54.754
Vinculados a prestação de garantias		—	7.590
Outros créditos	9	7.303	7.252
Diversos		7.303	7.252
Permanente	3h.	4.457	10.540
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	4.254	10.098	—
Outras imobilizações de uso		12.631	20.100
Depreciação acumulada		(8.377)	(10.002)
Intangível	202	441	—
Ativos intangíveis		1.030	993
Amortização acumulada		(828)	(552)
Total do ativo		232.826	493.231
Total do passivo e do patrimônio líquido			
		232.826	493.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	335.486	549	4.650	(235)	(79.597)	260.853
Redução de capital:						
Redução de capital	(199.597)	—	—	—	79.597	(120.000)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	—	—	—	223	—	223
Prejuízo do semestre	—	—	—	—	(13.439)	(13.439)
Saldos em 30 de junho de 2013	135.889	549	4.650	(12)	(13.439)	127.637
Saldos em 31 de dezembro de 2013	135.889	549	4.650	—	(29.500)	111.588
Redução de capital:						
Redução de capital	(24.301)	(549)	(4.650)	—	29.500	—
Lucro do semestre	—	—	—	—	1.345	1.345
Destinações:						
Reserva legal	—	—	67	—	(67)	—
Saldos em 30 de junho de 2014	111.588	—	67	—	1.278	112.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Standard de Investimentos S.A. ("Banco") é parte integrante do Standard Bank Group (SBG) de origem Sul Africana e está organizado sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em Lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. No Brasil, o SBG iniciou suas atividades em 1998 com um escritório de representação do Standard Bank Plc. Em 2001, constituiu a Standard Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. "SB DTVM". Durante o ano de 2002, a SB DTVM se transformou em banco de investimento através de aprovações obtidas perante o Banco Central Sul Africano e o Banco Central do Brasil. Desde então com empresas de grande porte oferecendo operações estruturadas no mercado de capitais, assessoria a desalavancagem do balanço por meio da cessão e renegociação de contratos relacionados a transações consideradas não estruturadas e consequentemente diminuindo a utilização do balanço local. Em Novembro de 2013, dando continuidade ao plano de reestruturação global, o SBG aprovou reorganização societária, sendo que em decorrência de tal fato, as ações do BSI pertencentes ao SB Investments S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis de Luxemburgo foram transferidas para o Standard Bank Group Limited, sediada na África do Sul.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando a efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. Em ata de assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do conselho de administração, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 21 de agosto de 2014.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis: As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação e impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente. c. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e o aportamento de risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. e. Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas.

Desta forma, quando a efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. Em ata de assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do conselho de administração, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 21 de agosto de 2014.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. I. Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

(I) **Provisões** - são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, por considerado a saída de recursos para a liquidação das obrigações. (II) **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. (III) **Passivos Contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, por considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação. (IV) **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Mobiliários Ltda. "SB DTVM", e passou a Banco de Investimentos em 2002 por meio de aprovações obtidas perante o Banco Central Sul Africano e o Banco Central do Brasil. Operou desde então com empresas de grande porte oferecendo operações estruturadas no mercado de capitais, assessoria em fusões e aquisições, produtos estruturados de tesouraria, financiamento de projetos e financiamento de operações comerciais. Com a implementação da nova estratégia mundial do Grupo, o BSI revisou em Abril de 2012 suas linhas de negócios e sua base de clientes focando desenvolver os laços econômicos entre Brasil, África e China com enfoque nas áreas de recursos naturais, financiamento de projetos e assessoria em fusões e aquisições. Em decorrência desta decisão, o BSI sofreu as consequências desta reorganização das atividades com diminuição do quadro de funcionários, descontinuando relacionamentos com clientes que não traziam sinergia à nova estratégia, bem como executando a desalavancagem do balanço por meio da cessão e renegociação de contratos relacionados a transações consideradas não estruturadas e consequentemente diminuindo a utilização do balanço local. Em Novembro de 2013, dando continuidade ao plano de reestruturação global, o SBG aprovou reorganização societária, sendo que em decorrência de tal fato, as ações do BSI pertencentes ao SB Investments S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis de Luxemburgo foram transferidas para o Standard Bank Group Limited, sediada na África do Sul.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Em decorrência da mudança de estratégia proposta pelo Grupo para as atividades no Brasil, o BSI redirecionou seus esforços para atender empresas brasileiras que atuam na África ou tenham potenciais de crescimento de atividades com o continente africano e a China, além de fornecer o interesse de empresas africanas ou chinesas que queiram investir no Brasil. O impacto imediato aqui refletido se dá na diminuição de receitas e no aumento de custos pontuais para a implementação destas medidas além

de incentivar a equipe remanescente a contribuir na nova fase de implementação. O BSI opera com foco rigoroso no controle de custos, com enfoque em investimentos na manutenção das equipes e infraestrutura. A combinação destes fatores resultou em um lucro líquido de R\$ 1.345 mil no semestre findo em 30 de junho de 2014, (em 2013 prejuízo líquido de R\$ 13.439 mil). Em 14 de março de 2014, o Standard Bank Group assinou acordo com o Grupo Financiero Inbursa SAB, grupo bancário mexicano listado em bolsa (INBURSA), no qual o INBURSA pretende adquirir a subsidiária do Grupo Standard Bank no Brasil. A transação está sujeita a aprovações dos órgãos reguladores no Brasil, México e África do Sul. O Grupo Standard Bank mantém sua estratégia de atender clientes brasileiros que tenham interesse em desenvolver negócios com o continente africano e China, aproveitando a sua relação com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC). Para isso, está trabalhando no pedido de uma licença de escritório de representação no Brasil junto aos órgãos reguladores.

GESTÃO DE RISCOS

O BSI julga que manter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução dos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado e liquidez, operacional, jurídico e de compliance. O Banco busca o adequado equilíbrio entre risco e retorno e investe constantemente para aprimorar os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos, a fim de garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que os negócios aconteçam em um ambiente apropriado de controle. A alta Administração é envolvida em todas as iniciativas relevantes inherentes a gestão de riscos, sendo que a estrutura de governança propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo banco, bem como o efetivo gerenciamento dos mesmos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.standardbank.com.brasil.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS



Standard Bank

Banco Standard de Investimentos S.A.

A Member of The Standard Bank Group of South Africa

CNPJ nº 04.866.275/0001-63

* continuação

14 CONTINGÊNCIAS

Contingência classificada com risco de perda provável: o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa R\$ 5.773 (2013 - R\$ 6.173). **Contingências classificadas com risco de perda possível:** não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abalos relacionados, não produzirão efeitos patrimoniais: (a) Trata-se de processo de natureza fiscal relativo à prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a Fiscalização constituiu os créditos tributários de PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização entendeu que tais receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições, vez que, não restou comprovado que tais valores decorreriam de efetiva prestação de serviços, razão pela qual não seria aplicável a isenção prevista nos artigos 5º, inciso II da Lei nº 10.637/02 e 6º, inciso II da Lei nº 10.833/03. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível, com boas chances de êxito. Em 30 de junho de 2014, o valor do ativo monta a R\$ 9.070 (2013 - R\$ 8.728). (b) Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos *sub judice* contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB às fls. 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial totaliza R\$ 3.862 (2013 - R\$ 3.554). Não há causas civis contra o Banco de conhecimento da Administração.

15 PARTES RELACIONADAS

a. **Remuneração da Administração:** Remuneração dos empregados e administradores - De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi fixado o valor anual de remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R\$ 10.000, para o exercício de 2014 (2013 - R\$ 10.000).

No semestre findo em 30 de junho de 2014, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R\$ 6.397 (2013 - R\$ 3.510).

b. **Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, SBIC Investments S.A., a parte controladora final, a Standard Bank Group, e as entidades controladas por ela. As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2014 e 2013:

	2014	2013
Grau de relação	Receitas (despesas) exercício	Receitas (despesas) exercício
Depósito a prazo		
Standard London Brasil Ltda	Ligada	(49)
Administradores	Pessoal-chave	(23)
Obrigações por empréstimos		
Standard Bank of South Africa	Ligada	(1.325)
Obrigações por repasses do exterior		
Standard Bank of South Africa	Ligada	(116.432)
Outras obrigações		
SBIC Investments	Acionista (*)	(14.491)
Instrumentos financeiros derivativos		
Fi Multimercado Safári Investimento no Exterior Crédito Privado	Ligada	(120.000)
Receita de prestação de serviços		
Standard Bank PLC	Ligada	(9.730)
	Total	21.510
		21.510

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Standard de Investimentos S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas exigem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

As Administradoras e os Acionistas do Banco Standard de Investimentos S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Standard de Investimentos S.A., ("Banco"), que

compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas exigem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

(*) Em 28 de novembro de 2013, as ações do Banco pertencentes ao SBIC Investments S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis de Luxemburgo foram transferidas para o Standard Bank Group Limited, sediada na África do Sul.

16 INDICADORES DE RISCO - ÍNDICE DE BASELIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido. O índice de Basileia II em 30 de junho de 2014 corresponde a 66,31% (57,44% em 2013).

17 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Aluguéis	(653)	(2.560)
Depreciação e amortização	(1.040)	(2.070)
Processamento de dados	(1.640)	(1.881)
Serviços técnicos especializados	(1.449)	(1.641)
Comunicações	(270)	(478)
Mantenimento e conservação de bens	(383)	(413)
Viagens	(158)	(389)
Serviços do sistema financeiro	(43)	(362)
Água, energia e gás	(96)	(240)
Prêmios e relações públicas	(33)	(123)
Segurança	(3)	(102)
Transportes	(54)	(52)
Publicações	(49)	(46)
Propaganda e publicidade	(22)	(46)
Outras	(545)	(857)
Total	(6.438)	(11.260)

18 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Receitas de prestação de serviços refere-se a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira a clientes no montante de R\$ 9.565 (2013 - R\$ 1.634), a Standard Bank PLC no montante de R\$ 11.332 (2013 - R\$ 21.510).

b. Despesas de pessoal referem-se a:

	2014	2013
Proventos	(11.388)	(19.180)
Encargos sociais	(3.003)	(7.051)
Benefícios	(1.180)	(1.433)
Honorários	(893)	(907)
Despesa de remuneração de estagiários	(37)	(306)
Treinamento	(58)	(87)
Total	(16.559)	(28.964)

c. Outras despesas operacionais referem-se ao perdão de dívida de operações de crédito no monte

R\$ (27) (2013 - R\$ (-)), provisão para contingências trabalhistas de R\$ (508) (2013 - R\$ (1.849)) e em

2013 R\$ (979) como variação cambial de operações. d. Outras receitas operacionais referem-se, prin-

cipalmente, à atualização monetária de depósito judicial no montante de R\$ 146 (2013 - R\$ 927), e re-

versão de provisão para contingências trabalhistas de R\$ 760 (2013 - R\$ (-)). e. Resultado não operacio-

nal refere-se principalmente a despesa obtida com venda de ativo imobilizado no montante de R\$ 15

(2013 - R\$ (340)) e em 2013 R\$ 87 com sublocação de imóvel. f. Risco operacional - Em conformidade

com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Standard

de Investimentos S.A. mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados

às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de

ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis fa-

lhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. A gestão é feita em

âmbito corporativo e é escopo de continua avaliação dos auditores internos e externos. Os pontos

identificados de não conformidade são comunicados à alta Administração que se reúne com o objetivo

de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e

migração de possíveis perdas na Instituição. g. Risco de mercado - Em conformidade com a Resolução

nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Standard de Investimentos S.A. mantém

estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de

juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) de suas transações. Este geren-

cimento de riscos é feito de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente à área de negócios. O Banco Standard de Investimentos S.A. realiza acompanhamento diário dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites

regulatórios e operacionais. h. Risco de liquidez - Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência,